

A bola de neve da dívida pública e o futuro

22 JUN 1985

NOS termos e nos números em que se situam hoje as finanças nacionais, o Banco Central não tem condições de comandar a política monetária: seu papel é somente remendar furos, que lhe são apresentados como fatos consumados — quem pensa assim é um ex-presidente do Banco Central e atual presidente da ANDIMA, Carlos Brandão.

Brandão desenvolveu esta tese perante a Comissão de Economia da Câmara Federal, sustentando com número as suas afirmações. Ele sustenta que o tamanho e prazos de vencimento da dívida interna são mais inquietantes do que a dívida externa.

Para começar, segundo dados de abril/85, a dívida interna representa 2/3 do valor em cruzeiros da externa. A grande diferença é que não apenas os juros da dívida interna são superiores aos da externa, como a primeira tem crescido fortemente no seu principal, ao passo que a dívida externa está congelada.

O poder público do Brasil deve 674 trilhões de cruzeiros, 61% do Produto Interno Bruto, segundo os cálculos de Carlos Brandão — sendo 410 trilhões relativos à dívida pública externa e 264 trilhões de dívida pública interna — títulos e empréstimos junto a instituições financeiras.

Bastante sintomática é a presença do setor público no mercado de crédito bancário. O Governo e as estatais devem 54 trilhões de cruzeiros aos bancos comerciais e de investimento.

Como fica o Banco Central neste contexto? Segundo Carlos Brandão, o Banco Central é informado de sua tarefa de obter tantos trilhões de cruzeiros nos próximos meses. Mas esse valor se modifica com grande habitualidade. O déficit público, que era estimado em 84 trilhões, já passou a mais de 100 trilhões — o que significa que o Banco Central terá de captar mais trilhões, nos cálculos de hoje. É possível que amanhã seja pedido ao Banco Central que obtenha mais trilhões. Como podemos pensar em política monetária com tal instabilidade?

Com tal argumento, o ex-presidente do Banco Central abre uma nova frente na batalha antidéficit: os perigos não estão somente na pressão inflacionária, mas também na deformação estrutural que o tamanho da dívida total acarreta.